

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Kamila Caldeira de Souza

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA
OCUPACIONAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 a 2018.**

**GOIÂNIA
2020**

KAMILA CALDEIRA DE SOUZA

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA
OCUPACIONAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 a 2018.**

Monografia apresentada ao Curso de ciências econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Gesmar José Vieira.

**GOIÂNIA
2020**


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
Coordenação de Ciências Econômicas
MONOGRAFIA

FOLHA /TERMO DE APROVAÇÃO

Kamila Caldeira de Souza
Matrícula Nº 2017.1.0021.0034-1

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO BRASIL
NO PERÍODO DE 2008 a 2018

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:


Orientador: Prof. Ms. Gesmar José Vieira

Membro 1: Prof. Ms. Goiaz do Araguaia Vieira

Membro 2: Prof. Ms. Mauro Cesar de Paula

Goiânia

Data de aprovação: 08/12/2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família e a todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por sempre me amparar e me dar força.

Agradeço aos meus familiares, em especial a minha mãe, por todo amor, educação, disposição, dedicação, apoio e suporte necessário para que chegasse até aqui. Obrigada a minha avó, *in memoriam*, pela força e apoio que me fez evoluir.

Meus mais sinceros agradecimentos aos meus companheiros de turma, aos meus amigos e colegas, por toda cumplicidade, dedicação, paciência e companheirismo que vivemos dentro e fora do âmbito acadêmico.

Agradeço imensamente ao meu orientador e Coordenador do Curso de Ciências Econômicas, Professor Gesmar José Vieira por compartilhar o seu conhecimento; pela paciência; ajuda; orientação; compreensão e apoio ao longo de toda a minha jornada acadêmica.

Agradeço também a todos os professores que, de forma significativa, contribuíram para a minha formação.

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar, o importante papel da mulher na estrutura ocupacional no Brasil, que com os avanços tecnológicos e a globalização passou a demandar novas formas organizacionais. Essas mudanças abriram no mercado de trabalho, espaços a serem ocupados pelo trabalho feminino, não apenas pela renda familiar, mas também a quebra de padrões comportamentais impostos à sociedade brasileira, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 1970 e a seguir. Tem-se também, o conhecimento do papel ocupado, tanto pelo homem quanto pela mulher no mercado de trabalho, a partir da percepção social, levando-se em conta a determinação feminina em conquistar espaço, a partir da busca de conhecimento e formação cultural; aperfeiçoamento de estratégias empreendedoras de mercado idealizadas; além de novos mecanismos que levaram à redução do preconceito, associado à maior possibilidade de caracterização e de habilidades e competências. Os resultados obtidos evidenciaram relações positivas para as ampliações dos empregos e das rendas das famílias, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, tanto formal como informal. Observa-se que, as dificuldades existentes das mulheres para a inserção no âmbito profissional são maiores que dos homens, todavia que muitas se concentram em atividades domésticas e se confrontam com outros aspectos, como os culturais, as colocando em desigualdade frente aos homens.

Palavras-chave: Estrutura ocupacional; Mulheres; Mercado de Trabalho; Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de Idade, por Sexo - Brasil anos de 2007 a 2015. | 25 |
| Gráfico 2 – Diferença salarial por cargos | 27 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho: indicadores de Participação Econômica – Brasil, 1993 e 2005..... | 23 |
|---|----|

LISTA DE SIGLAS

BCB – Banco Central do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANAMT - Associação Nacional de Medicina do Trabalho

CATHO - Empregos e Vagas de Empregos em todo o Brasil

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DIESSE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL..... | 14 |
| 1.1 O Contexto Histórico da Economia Brasileira e a Dinâmica do Mercado de trabalho..... | 14 |
| 1.2 Movimento de Capitais e a Inserção do Capital internacional..... | 17 |
| 1.3 O Emprego Formalizado e a Ampliação dos Postos de Atividades com a Globalização dos Mercados..... | 19 |
| 2. O PAPEL DA MULHER NA ESTRUTURA OCUPACIONAL..... | 21 |
| 2.1 Dificuldades Existentes na Estrutura Ocupacional..... | 21 |
| 2.2 Ruptura Cultural, Competências e Habilidades..... | 23 |
| 2.3 Papel do Homem e da Mulher a Partir da Percepção social..... | 24 |
| 3. A MULHER E A ESTRUTURA OCUPACIONAL NO BRASIL: INSERÇÃO E OBSTÁCULOS.. | 26 |
| | 26 |
| 3.1 Conhecimento e Formação Cultural..... | 26 |
| 3.2 Remuneração de homens e mulheres..... | 28 |
| 3.3 Aperfeiçoamento de Estratégias de Mercado de Trabalho e Participação Empregatícia da Mulher..... | 30 |
| CONCLUSÃO..... | 32 |
| REFERÊNCIAS | 34 |

INTRODUÇÃO

Até à metade do século XIX, os maridos eram os provedores de seus lares, logo, as mulheres não trabalhavam fora do lar. As mulheres que trabalhavam fora tinham se tornado viúvas ou eram menos favorecidas, tendo que exercer atividades consideradas pouco valorizadas e muitas vezes discriminadas pela sociedade. No século XX, a partir dos anos de 1970, a cultura social foi se modificando devido a ocorrência mais frequente dos movimentos sociais.

Com implicações em mudanças no paradigma familiar e cultural, o motivo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho passou a ser identificado com maior clareza, em vista de sua presença marcante no ambiente de trabalho, apesar ainda, desta presença ser menor, se comparado com os homens.

Por ocasião da Revolução Industrial, com o fortalecimento das indústrias, foi possível essa mão de obra se fazer presente com maior intensidade, porém, o salário continuou inferior ao dos homens, uma vez que elas precisavam auxiliar nos afazeres domésticos.

Deste modo, tem-se que o objetivo geral desta monografia é de analisar o papel da mulher na estrutura ocupacional no Brasil, e os objetivos específicos de identificar a ruptura cultural existente na estrutura ocupacional; caracterizar a existência da ruptura cultural e o destaque da execução das tarefas, mediante o reconhecimento das habilidades e competências; e ainda definir o papel do homem e da mulher a partir da percepção social.

No Brasil, tem-se observado que a participação da mulher no mercado de trabalho tem crescido, porém, o papel ocupado o pelas mulheres conseguiu se firmar ou ainda existe defasagem relativa aos cargos exercidos e remunerações, comparadas aos homens?

Em resposta ao problema levantado, como hipótese é possível perceber alguns fatores que mostram a persistência de aspectos históricos, culturais e sociais. Tem-se que, as mulheres continuam responsáveis pelas tarefas domésticas, cuidado dos filhos e responsabilidades familiares, mesmo se inserida no mercado de trabalho.

Para a superação do processo de ruptura nos espaços entre homens e mulheres no mercado de trabalho, devem emergir políticas públicas que venham priorizar o surgimento de espaços na área educacional, além das soluções que são buscadas na desconstrução dos papéis sociais e de gênero na busca do mercado de trabalho e de condições e oportunidades, tanto para homens quanto mulheres.

O mundo com os avanços tecnológicos e a globalização passou a demandar novas formas organizacionais, essas mudanças abriram maiores espaços para o trabalho feminino, não sendo apenas pela renda familiar, mas para quebra de padrões comportamentais que foram impostos na sociedade brasileira antigamente. A partir de então, houve crescimento das mulheres em universidades e na estrutura de ocupações.

A estagnação econômica, a elevada inflação e as mudanças na estrutura do emprego, entendida no Brasil nos anos de 1970 e 1980, foram fatores consideráveis para o crescimento da inserção feminina no âmbito profissional. Sendo que, a participação da mulher no mercado de trabalho é de grande importância, agregando em desenvolvimento econômico, transformações sociais e culturais, de maneira cada vez mais sustentável.

Esta monografia foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas, mediante a utilização de diversos autores sobre o assunto em referência, devido a relevância apresentada por cada um dos conteúdos de livros, sites e artigos referenciados no assunto. O método utilizado foi o indutivo, cujos dados serão extraídos de bibliografias especializadas; institutos de pesquisas e órgãos especializados e informações com vistas ao conhecimento a respeito do problema e da hipótese.

Esta monografia é composta de três capítulos e trata de aspectos tanto conceituais quanto experimentais. No primeiro capítulo, será apresentada a partir da fundamentação teórica da delimitação do tema, as contribuições esperadas, em relação ao mercado de trabalho no Brasil, seus aspectos históricos e sua dinâmica; a movimentação de capitais e a inserção do capital internacional; e, por fim, o emprego formalizado e a ampliação dos postos de atividades com a globalização dos mercados.

No segundo capítulo tem-se a revisão literária que atende os objetivos, com destaque para o papel da mulher no mercado de trabalho e a estrutura ocupacional; o contexto histórico da economia brasileira e a dinâmica do mercado de trabalho; além da inserção do capital internacional, o emprego formalizado e a ampliação dos postos de atividades com a globalização dos mercados.

Finalmente, no capítulo três apresenta-se o método empregado no desenvolvimento do trabalho, bem como a pesquisa realizada e sua aplicação no sentido de se chegar através de uma conclusão proposta, na resposta ao problema, que envolve a mulher e a estrutura ocupacional no Brasil; conhecimento e formação cultural e o processo de remuneração de homens e mulheres; e o aperfeiçoamento de estratégias de mercado de trabalho e participação da mulher.

1. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

1.1 O Contexto Histórico da Economia Brasileira e a Dinâmica do Mercado de Trabalho

A ocupação do território brasileiro se deu em razão de pressões políticas por influências exercidas por Espanha, Portugal e outras nações europeias, as quais partiam do princípio de que, tanto os espanhóis quanto os portugueses não possuíam direito senão das terras efetivamente ocupadas.

Registra-se também que, por questões religiosas e apoio governamental, os franceses organizaram expedições para criar a primeira colônia de povoamento na costa setentrional do Brasil. Esses movimentos foram acompanhados de perto pelos portugueses, que tentaram atuar na corte francesa no sentido de desviá-los dessas intenções.

Conforme o livro economia brasileira contemporânea, 2^o edição(1945-2010), no início da colonização portuguesa, teve-se o início do ciclo do pau-brasil, que ocorreu no período pré-colonial por volta dos anos de 1500 a 1530, quando os portugueses extraíam árvores na região da Mata Atlântica, com a finalidade de comercializar a madeira no continente europeu. Do processo extrativista, a seringueira foi o primeiro produto a ser explorado.

Quanto à exploração do pau-brasil, constata-se que foram três as expedições até que a sua produção entrasse em extinção. Em substituição a este ciclo de extrativismo, teve início outra atividade de grande importância econômica na colônia, que foi a exploração da cana-de-açúcar. Nesta fase, os portugueses iniciaram utilizando a mão de obra dos índios, utilizando-se do escambo, com a remuneração do trabalho por produtos de pouco valor, a considerar que na época a mão de obra de escravos africanos se apresentava muito elevada.

Na metade do século XVI até o final do século XVII, ocorreu o ciclo da cana-de-açúcar, com as instalações de engenhos na região do nordeste do Brasil e com as produções sendo exportadas para a Europa. A maior parte da produção realizada nesse período se deu por meio da utilização da mão de obra de escravos africanos.

Como incentivo à exploração canavieira, cuja produção era realizada nos engenhos, para aqueles que desejassem se instalar nos engenhos, eram concedidos favores especiais, tais como isenções de tributos, garantias contra penhora dos instrumentos de produção, horários e títulos, além de outros benefícios.

As maiores dificuldades encontradas pelos exploradores da atividade canavieira, adveio da escassez de mão de obra, fato que fez com que os empresários do setor viessem a operar em escala relativamente elevada, já que as condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, como o ocorrido nas ilhas do Atlântico.

Em operação, o resultado da produção gerada pelos engenhos deveria, pelo menos, dobrar o capital importado sobre a forma de equipamentos e financiamento da transplantação da mão de obra especializada. A introdução do trabalhador africano não constituiu modificação fundamental, mas apenas veio substituir outro escravo menos eficiente e de recrutamento incerto.

A economia açucareira tinha um mercado de dimensões relativamente elevadas por ser uma economia de alto coeficiente de importações. Não obstante à quase inexistência de fluxo monetário dentro dessa economia, o grau de comercialização era consideravelmente elevado.

A exploração da atividade açucareira se traduzia em um negócio de alta rentabilidade, o que induzia especialização em vista do aspecto econômico, fato que inibia os empresários de transferirem seus fatores de produção para atividades secundárias, a considerar a rentabilidade do negócio gerado pelas boas perspectivas do mercado para o açúcar.

Registra-se ainda que, a economia açucareira entrou em crise na metade do século XVII, quando se origina a expulsão dos holandeses que começavam a produzir açúcar a preços mais módicos, o que atraía o mercado consumidor para o produto na Europa.

Nesta fase, com a crise do mercado açucareiro, os colonizadores portugueses voltaram para a produção de ouro, cuja exploração teve início na região das Minas Gerais. Com isto, inicia-se o ciclo do ouro já no século XVIII com a exploração, principalmente, ocorrendo em Minas Gerais. O que também se verificou nos estados de Mato Grosso e Goiás.

Os proprietários das minas de ouro utilizavam-se mão de obra escrava, principalmente para os trabalhos mais pesados. Esta fase foi propícia para o enriquecimento desses proprietários, com a Coroa Portuguesa cobrando elevados impostos sobre o minério extraído, que era taxada nas casas de fundição, onde o ouro em pedras era derretido e transformado em barras, as quais recebiam o selo de legitimidade. A partir deste processamento iniciava-se a negociação.

A exploração aurífera permitiu o financiamento da expansão demográfica que contribuiu para o reordenamento populacional das regiões, lembrando que, nesta fase, a população escrava se tornou minoria e os habitantes de origem europeia se constituíram na maioria. Grande parte do ouro explorado em terras brasileiras foi exportada para a Inglaterra,

onde contribuiu para o desenvolvimento manufatureiro e concentração de reservas no sistema bancário inglês, que se tornou principal centro financeiro da Europa.

Este período foi caracterizado por mudanças substanciais na economia da Colônia e em razão do elevado fluxo de riqueza gerada, surgiram-se os conflitos nas regiões, em especial, entre paulistas e exploradoras.

Na sequência do ciclo do ouro e sua queda, destacou-se o ciclo do algodão, cujo início se deu no decorrer do século XVII até o início do século XIX. Essa produção se deu após a grande revolução industrial da Inglaterra, que necessitou de matéria prima para o abastecimento da indústria têxtil.

Essa elevada demanda contribuiu para o grande interesse dos produtores brasileiros no cultivo do algodão, principalmente nos estados do Pernambuco, Bahia, São Paulo e Ceará, cujas produções eram voltadas para a exportação, uma vez que essa matéria prima se relacionava ao desenvolvimento industrial.

Já em meados do século XIX, início do século XX, deu-se o início do ciclo da borracha, com a produção do látex extraído das seringueiras, principalmente na região amazônica, cuja produção de borracha era voltada para as demandas das indústrias de pneus de automóveis, cuja indústria crescia tanto na Europa como nos Estados Unidos, naquele período.

A considerar que o Brasil sempre foi um país de grandes fronteiras agrícolas, surge, já na terceira década do século XIX até o início do século XX, a produção cafeeira que teve seu início no vale do Paraíba e se utilizavam de mão de obra escrava. A grande vantagem estava no fato de o Brasil possuir grande oferta do produto para atender a demanda mundial, o que lhe assegurava a capacidade de maior controle dos preços para atuar no mercado internacional.

Outro fator importante a destacar, é que o crescimento da economia brasileira estava na dependência do aumento da população dos países consumidores do produto, que na sua maior parte eram europeus. Como consequência, a oferta do café tornou-se maior que a demanda, forçando uma queda nos preços de forma gradual. A crise de 1929 que se deu principalmente nos Estados Unidos veio contribuir para que a demanda internacional caísse ainda mais, forçando a baixa dos preços com maior rapidez.

Esta fase foi crucial para a economia brasileira, a considerar que o governo se encontrava impossibilitado de absorver os estoques, fato que levou à falência dos grandes

produtores agrícolas, em especial os conhecidos “barões do café”, que se enriqueceram a partir da exportação do produto para a Europa e Estados Unidos.

A partir de então, o Brasil sai de uma economia agrária exportadora para o processo de industrialização, porém, um pouco tardio, no ano de 1936. A partir de então, o acúmulo de capital, foi eficaz para os investimentos nas indústrias, realizados nas primeiras décadas do século XX. Foi nesta fase que surgiu o parque industrial do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, com o advento da indústria automobilística.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, registra-se que, somente a contar da década de 1990, surge o processo de terceirização de serviços, estes bastante utilizados em todos os setores da economia, refletindo na flexibilização das relações de trabalho.

Entende-se que este processo, apesar do crescimento e movimentação do mercado de trabalho, não fez com que a economia gerasse novas oportunidades para atender a todas as demandas e não foi possível atender ao crescimento populacional das pessoas ativas, mantendo assim o desemprego.

Nos anos subsequentes, verificaram-se mudanças substanciais na ocupação da população economicamente ativa, com melhoria em determinadas áreas de trabalho. A partir de 1999, observou-se crescimento do mercado formal com significativa concentração nas ocupações, o que contribuiu para provocar mudanças nas condições operacionais da economia brasileira. A partir de 2000, conforme informações do IBGE (2010), tem-se que o país sinalizou uma taxa de crescimento da atividade econômica.

Na sequência, apesar da manutenção da economia brasileira integrada à economia globalizada, com a busca da estabilidade inflacionária e manutenção do funcionamento dos mercados, tornou-se incapaz de se construir um modelo de desenvolvimento para o país.

A globalização foi importante para o crescimento da competitividade nacional e internacional e implicou na perda de espaços de trabalhos e cortes dos custos de produção, aumento de flexibilidade e na terceirização dos trabalhos, o que gerou insegurança no mercado, desigualdade salarial, e aumento do trabalho.

1.2 Movimento de Capitais e a Inserção do Capital Internacional

Historicamente, a economia brasileira passou por diversas mudanças marcadas por acontecimentos de ordem política e econômica, como o fim do regime militar, e reflexos por variações econômicas mundiais, como a queda das bolsas asiáticas no final da década de 1990

e a crise dos subprime desencadeada em 2008. A década de 1990 no Brasil ficou marcada pela recuperação de movimentação de capitais mundial, com uma entrada de capitais no país, o que contribuiu para reduzir a inflação, aumentando as importações.

Com a abertura econômica no início da década de 1990, o país atraiu o fluxo de capitais crescente no cenário Pós-guerra Fria. Entretanto, essa recuperação foi freada, juntamente com o crescimento econômico mundial e com a crise econômica que eclodiu no final da referida década.

Para Baltar (2007), a diferença entre este momento de novos movimentos de capitais se concentra principalmente nos próprios países desenvolvidos, uma vez que essas economias apresentavam maiores ritmos de crescimento.

Na década de 90, o próprio governo brasileiro abre oportunidade de aplicação de capital estrangeiro no país. Quando se possui uma grande entrada de capital, resultando em uma queda no preço do dólar, tem uma facilidade das importações, afetando o emprego, pois, o conteúdo produzido internamente passa a ser produzido em uma quantidade menor.

No ano de 1997, ocorreu a crise da economia asiática, tendo como consequência o encolhimento do fluxo externo de capitais, desequilibrando a economia mundial. A insegurança tomou conta do mercado internacional, provocando vulnerabilidade na economia brasileira frente a economia externa, fazendo com que o crescimento que vinha sendo retomado seja freado.

No ano de 2003, o Brasil passa a ter uma aceleração econômica interligada a ampliação da capacidade produtiva, nas atividades exportadoras, em especial nas commodities, primárias e industriais, bem como no mercado de capitais, nos investimentos, empréstimos e financiamentos.

Conforme os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (2000), o ingresso de investimentos estrangeiros diretos mantém, no início de 2000, a trajetória delineada já há alguns anos, constituindo-se em importante fonte de financiamento do balanço de pagamentos. Os recursos externos captados sob tal modalidade de capital atingiram US\$ 4,9 bilhões no primeiro bimestre do ano de 2000, superando, com margem significativa, a necessidade de recursos necessária ao financiamento do déficit em transações correntes ocorrido no período, da ordem de US\$ 2,2 bilhões.

Ainda conforme BCB (2000), no primeiro momento, os ingressos compatíveis com as privatizações representam cerca de US\$ 158 milhões. A redução de recursos associados a privatização, no total ingressado sob a modalidade dos investimentos diretos no ano de 1999,

representou cerca de 30% e evidenciou a percepção favorável da comunidade financeira internacional quanto aos fundamentos da economia brasileira. No ano de 2000, os investimentos financeiros estrangeiros diretos foram de US\$29,2 bilhões, comparativamente ao déficit de US\$ 23,3 bilhões em transações correntes no mesmo período.

1.3 O Emprego Formalizado e a Ampliação dos Postos de Atividades com a Globalização dos Mercados

Historicamente, o século XX ficou evidente por mudanças que ocorreram no quadro econômico mundial, devido a terceira revolução industrial, em decorrência da desregulamentação dos mercados financeiros e a elevação da globalização econômica, ligada a ideologia neoliberal, processos que transformaram a dinâmica do sistema de produção capitalista e causaram profundos impactos para o mercado de trabalho.

O retrocesso por parte dos Estados nas políticas públicas voltadas a proteção do emprego e a desregulamentação do mercado de trabalho, provocou aumento na insegurança do trabalhador, tornando precária as relações de trabalho.

Na primeira década de 2000, iniciou-se o processo de financeirização do capital, que em 2008, contribuiu de forma direta para a crise financeira, que teve como origem as políticas neoliberais, com o crescimento dos mercados autorregulados, que deu origem a uma nova fase do capitalismo.

Ainda nesta primeira década, apesar da crise de 2008, houve um impulso positivo do mercado de trabalho, em decorrência de avanços econômicos e sociais, o que contribuiu de forma significativa para a geração de empregos, em especial do emprego formal.

Apesar dos registros positivos para inserção de novos empregos, incluindo aos formais, foi possível observar mudanças nas relações de trabalho, em sua formatação e legislação, vigentes a época. Notando-se que as empresas adquiriram novas estratégias de contratações, como o trabalho temporário terceirizado ou por contrato, impactando nas relações de trabalho.

Levando em consideração, que as inovações decorrentes das tecnológicas contribuíram para as mudanças no processo de trabalho, deixando as formas de produção e organização com o aperfeiçoamento institucional das relações trabalhistas.

As produções realizadas pelas indústrias foram substituídas por produções mais flexíveis e especializadas, os quais eram produzidas em massa, passando então, a elaborar adequações as novas lógicas de mercado, com caráter de desconcentração industrial.

Buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho como a “gestão participativa” e a busca da “qualidade total”, tentando amenizar os efeitos da crise fordista (ANTUNES, 1997, p 232).

A partir do ano de 1980, as mudanças que ocorreram, passaram a apresentar maiores forças, quando sucedeu a ideologia neoliberal imposta como modelo de organização política da sociedade.

2. O PAPEL DA MULHER NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

2.1 Dificuldades Existentes na Estrutura Ocupacional

O crescimento e a estabilidade da presença feminina na atividade econômica ocorrem de maneira lenta e adversa, em decorrência das limitações existentes no âmbito profissional e as dificuldades presentes nas evoluções das redefinições dos papéis dos homens e das mulheres nas esferas domésticas.

As dificuldades que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam para maior aprovação no ambiente de trabalho reflete na qualidade dos empregos por elas obtidos. É possível observar mulheres em grandes cargos, sendo líderes de governos ou a coordenar empresas e afins.

A partir do século XX, foi possível notar cada vez mais a inserção das mulheres na estrutura ocupacional, onde eram vistas como donas do lar, seus maridos iam trabalhar em busca do sustento da casa e estas ficavam responsáveis por cuidarem de tarefas domésticas. Mas, de maneira geral, estavam determinadas a buscar novas conquistas e uma delas é o ingresso no mercado de trabalho.

A inserção feminina no mercado de trabalho obteve um avanço considerável com o surgimento das indústrias e de sua expansão, apesar da existência de preconceitos. Nesta fase, a indústria absorvia a mão de obra feminina, com a redução dos seus custos com salários, e tinham uma maior facilidade de disciplinar os grupos operários, trazendo a mulher à produção.

As mulheres começaram a exercer profissões fora do lar, tornando-se possível a sua contribuição para auxiliar, de forma conjunta, no custeio das despesas de suas famílias, apresentando suas competências e habilidades e mostrando suas dificuldades.

No contexto do Mercado de trabalho, é importante que a própria mulher entenda a necessidade de separar afazeres domésticos do trabalho, ou até mesmo vida pública e privada, valorizando então, sua participação no complemento da renda salarial familiar.

No decorrer dos anos, as participações das mulheres no mercado de trabalho obtiveram mudanças significativas. Sendo então, um processo, o qual vem se consolidando a cada dia, tornando-se um fenômeno social contínuo e persistente, deixando de ser uma oscilação temporária.

As responsabilidades das mulheres, com os afazeres domésticos no seu lar, na maioria das vezes não compartilhadas com seus companheiros acabam se tornando uma dificuldade. Além da existência das dificuldades presentes na administração das múltiplas tarefas, as mulheres enfrentam obstáculos ideológicos e culturais, que não estão presentes apenas no mundo exterior. Os obstáculos ideológicos e culturais, muitas das vezes, se manifestam por meio de exclusão e inversão de valores, o que na maioria dos casos simula questões de violência.

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. (CHAUI, 2003, p. 52)

Ao voltar-se às questões relacionadas à ocupação da mão de obra na década de 1990, conforme dados do PNAD (2007), observa-se que persiste os padrões de diferenciação relativos à inserção feminina e masculina nos diversos grupos de atividade econômica, em especial nos setores do mercado de trabalho nos quais os agentes encontram maiores oportunidades de trabalho e emprego, entre os quais os setores de serviços, a agropecuária, o setor social, o comércio de mercadorias e a indústria, onde a força de trabalho masculina manteve maior presença.

Conforme citação de Bruschini (20078), do Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça, que a partir de 2005, conforme dados do FIBGE/PNADs - Microdados (2007) percebe-se que, conforme dados do IBGE (2005), o setor de serviços ocupava a maior parte dos trabalhadores, com destaques para os subsetores de educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e outros serviços coletivos, onde a ocupação feminina, apesar do avanço, continuava bem inferior com 36,6% empregadas e os homens 63,4%, em 2005, tabela 1.

Conforme dados da tabela 1, homens e mulheres no mercado de trabalho, quanto aos indicadores de participação econômica no Brasil, no ano de 1993 e 2005, na comparação das mulheres e dos homens, mostra-se que elas se incluem como economicamente ativas, em taxas de atividade e porcentagem de cargos ocupados. Sendo possível perceber uma maior concentração de homens no ambiente de trabalho.

Tabela 1. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho: indicadores de Participação Econômica – Brasil, 1993 e 2005

| Mulheres | | | | | | | |
|----------|-----------|-------------------|----------------------|-----------|---------------------------------|--------------|-----------------------------------|
| Anos | PEA | | | Ocupadas | | Empregadas * | |
| | (Milhões) | Taxa de atividade | % de mulheres na PEA | (Milhões) | % de mulheres entre os ocupados | (Milhões) | % de mulheres entre os empregados |
| 1993 | 28 | 47,0 | 39,6 | 25,9 | 39,0 | 11,1 | 31,8 |
| 2005 | 41,7 | 53,0 | 43,5 | 36,6 | 42,1 | 17,5 | 36,6 |
| Homens | | | | | | | |
| Anos | PEA | | | Ocupados | | Empregados * | |
| | (Milhões) | Taxa de atividade | % de homens na PEA | (Milhões) | % de homens entre os ocupados | (Milhões) | % de homens entre os empregados |
| 1993 | 42,8 | 76,0 | 60,4 | 40,5 | 61,0 | 23,8 | 68,2 |
| 2005 | 54,2 | 74,0 | 56,5 | 50,4 | 57,9 | 30,4 | 63,4 |

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados.

*Exclusive empregados domésticos.

2.2 Ruptura Cultural, Competências e Habilidades

É possível identificar uma quebra de paradigma ao se referir sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, onde as empresas cada vez mais buscam estratégias e resultados ao mercado competitivo de mulheres em perfil de liderança. As características existentes entre os homens e as mulheres são peculiares e diretamente relacionadas ao gênero. Não se deve atribuir a responsabilidade do sucesso ou não, das ações acolhidas pelas empresas aos critérios de comparação de gênero.

Conforme dados do DIEESE (2011), ao longo dos anos, em via de uma cultura predominantemente masculina, os homens tiveram uma maior ascensão profissional devido ao seu maior tempo de participação no mercado de trabalho e o acesso mais acentuado aos níveis de ensino e qualificação. Isso lhes deu uma maior vantagem de tempo no mercado e de

aprendizagem. Por questões culturais, as mulheres foram atribuídas a cuidarem do lar, conforme já citado anteriormente.

Em decorrência das movimentações das mulheres, ocorreram mudanças nos valores culturais, os quais refletiram na expansão da escolaridade feminina, e se obteve um maior ingresso em carreiras universitárias, afinal, quanto mais conhecimento, melhor, maiores podem ser as oportunidades. Buscando assim, alavancar e alcançar objetivos na carreira profissional, com maior registro de inserção feminina no mercado de trabalho.

As mulheres começaram a trabalhar para auxiliar no custeio de suas famílias, passando a mostrar as suas competências e suas habilidades no mercado profissional. É notório a competências das mulheres, onde elas buscam aperfeiçoamento em seus afazeres, e como consequência desse esforço, conquistam maiores espaços no mercado, com um maior número de mulheres coordenando grandes organizações, dirigindo grandes instituições e governando países.

De uma maneira geral, a mulher possui uma enorme facilidade em praticar atividades, já que grande parte delas possui funções as quais precisam de destreza, atenção e habilidade, por serem repetitivas e cansativas. Isso faz com que a produtividade feminina em determinadas funções seja superior à masculina.

As mulheres, de certa maneira, buscam relações de trabalho mais harmoniosas, demonstrando em ações, estão prontas para ouvir e considerar, desejam cada vez mais expandir o leque de atividades e expandir o conhecimento. As empresas cada vez mais buscam lideranças e alguém que faça a diferença nas funções.

2.3 Papel do Homem e da Mulher a Partir da Percepção Social

A percepção social pode ser definida como sendo o estudo das influências sociais sobre a percepção de um processo por meio do qual as pessoas interpretam a realidade social, ou seja, de acordo com informações do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), do IPEA (2013/2014), refere-se ao modo de como se percebe os demais e de que maneira será interpretado seu comportamento.

As conquistas das mulheres em adquirir espaço no ambiente profissional e atingir determinada igualdade, rompe padrões que foram pré-estabelecidos na estrutura social por elas vividas. O trabalho feminino fora do lar passou a ser ampliado e reconhecido, trazendo novas concepções sociais.

A sociedade brasileira pratica determinadas atitudes que não se evidencia de imediato, ou seja, atitudes não evidenciadas que nomina por viés inconciente, em não colocar mulheres em determinados ambientes por considerar um gênero mais frágil. Sendo que isso faz parte da cultura e de um processo histórico que deve ser obtruído, descontruído com o passar do tempo.

Historicamente, o homem era visto com maior postura para liderar grande cargos dentro de empresas pela sua competência e habilidade, sendo vistos como acertiveis. Tendo a mulher como frágil até o momento em que a ocupação feminina no mercado de trabalho passou a ser mais frequente, o que proporcionou o rompimento de pré-conceitos existentes e apresentação de suas competências e habilidades.

As oportunidades de maior inserção nas intituições de ensino e no mercado de trabalho, representou para as mulheres a modificação nos papéis sociais, na perpepção da sociedade que lhe foram atribuídos. Tendo com isso, envidado transformações nos padrões estabelecidos de comportamento e de valores.

3. A MULHER E A ESTRUTURA OCUPACIONAL NO BRASIL: INSERÇÃO E OBSTÁCULOS

3.1 Conhecimento e Formação Cultural

Conforme relatado no tópico 2.1, a inserção feminina no mercado de trabalho ocorreu, principalmente, devido a uma necessidade de maior contribuição financeira no âmbito familiar, sendo notório uma maior ocupação da mulher na estrutura de mercado.

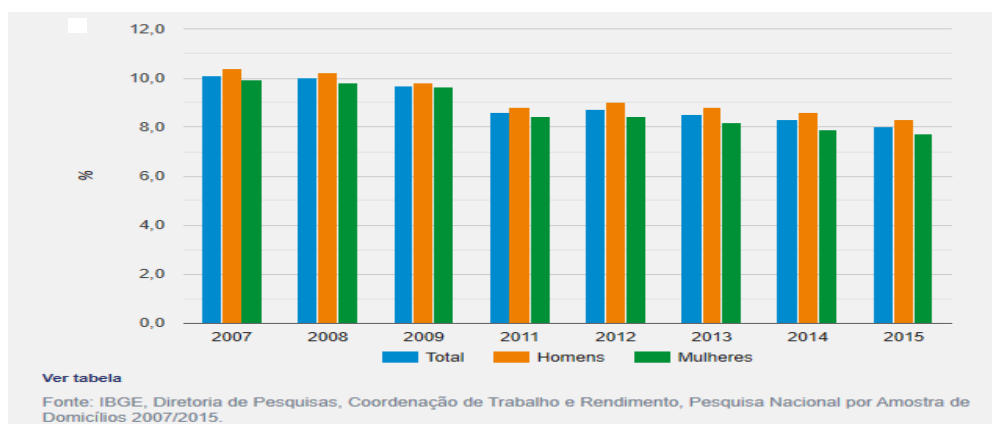
A educação formal não era uma rotina que se podia ver com frequência no dia a dia das mulheres, a qual não existia para a maioria, o que dificultava o seu crescimento. Apesar da lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu o ensino primário para o sexo feminino, com currículo voltado ao aprendizado de algumas profissões, tais como: corte e costura, economia doméstica, decoração e pintura e outros.

No ano de 1879, a mulher passou a ter acesso a cursos superiores, exceto medicina e direito, com isso, o acesso à escola foi sendo ampliado para os diferentes grupos populacionais. Conforme dados do IBGE (2015), o analfabetismo feminino comparado com o masculino se apresentou menor, logo conclui-se que as mulheres estão buscando alavancar em conhecimento e qualificação no meio profissional.

Ainda, conforme dados com os dados IBGE (2015), estima-se que as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, apresentando taxas de analfabetismo inferiores. Sendo apresentado taxas de analfabetismo masculino e feminino, a partir de 15 anos de idade, sendo apresentado no Gráfico 1.

A taxa de analfabetismo da população, quando comparada aos homens e mulheres, o sexo masculino apresenta uma taxa de menor escolaridade, o que pode significar que as mulheres buscam cada vez mais conhecimento, aperfeiçoamento, habilidade e prática. Para que assim, elas possam competir igualmente ao homens.

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de Idade, por Sexo - Brasil anos de 2007 a 2015.



As mulheres estão buscando cada vez mais a elevação dos níveis de escolaridade, com maior ampliação em qualificação de entrada no mercado profissional, para que consigam atingir maiores conquistas. Conseqüentemente, terão maiores instruções e alavancas profissionais em grandes corporações.

Com a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, obtém-se uma regressão na taxa de desemprego do país, onde as mulheres passam a dividir oportunidades de empregos juntamente com os homens. Entretanto, é possível observar que, existe caminhos a serem percorridos pelas mulheres em relação as suas inserções nas atividades econômicas.

O mercado de trabalho informal concentra boa parte nas mulheres. Essas projeções de trabalhos informais podem estar interligadas ainda à baixa escolaridade e às dificuldades de acesso ao trabalho formal em vista da necessidade de presença na escola. De acordo com dados da Dados publicados pela ANAMT (2018) e a Organização Internacional do Trabalho (2018), mostram que o trabalho informal representa 42% do emprego feminino, enquanto simboliza 20% do emprego masculino.

Entretanto, as brasileiras possuem cada vez mais acesso a escolaridade, ocasionando maior amplitude no nível de escolaridade, sendo então, um fator de impacto para o ingresso e a ascensão das mulheres no mercado de trabalho formal. Conseqüentemente, as mulheres tendem a se qualificar cada vez mais para entrarem no mercado de trabalho, o que não se reverte em salários mais elevados ou em ocupações mais qualificadas que as masculinas, assim como não significa a desobrigação dos afazeres domésticos.

A desigualdade presente na participação feminina no mercado de trabalho, tende a ser derivada da diferença existente nas particularidades produtivas entre os trabalhadores. Dessa maneira, os trabalhadores com maiores experiências e conhecimentos tendem a ocupar cargos mais elevados, elevando o nível de capital humano. A adequação existente entre as competências, conhecimentos e habilidades do indivíduo leva em consideração os atributos que um colaborador adquiriu através de experiência, educação e perícia.

Portanto, a participação da mulher no mercado de trabalho vem evoluindo quantitativamente, com avanço na taxa de participação feminina, através do acesso a melhores postos de trabalhos, antes ocupados por homens.

3.2 Remuneração de Homens e Mulheres

Historicamente, as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho com um salário inferior ao salário dos homens, assim permanecendo por um período de tempo. Apesar de existir uma lei, onde a desigualdade salarial de gênero vai contra a Constituição, a qual proíbe a diferença de salários por sexo, cor, idade ou estado civil e, ainda, contra o artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garante salários iguais, sem distinção de sexo, para trabalhos de igual valor.

Conforme Amaral (2014), a jornada de trabalho da mulher era em média cerca de 40 horas semanais, e recebiam R\$802,00 por mês. Esse rendimento representava 71,% dos rendimentos dos homens. Sendo que, essa diferença, observada entre os rendimentos dos homens e das mulheres, estavam em maioria entre os escolarizados. A remuneração feminina com curso superior em média, era 40,0% inferior ao dos homens.

Segundo dados do IBGE (2018), das 40,2 milhões de trabalhadoras, 24,3% haviam completado o ensino superior, enquanto entre os homens ocupados, a proporção era de 14,6%. Apesar disso, em média, as mulheres que trabalham recebem rendimentos 24,4% menores que os dos homens.

A participação da mulher em algumas profissões culturalmente identificadas como femininas, supera aos homens, mas, são associadas a menores salários. A profissão que maior se destaca a este ponto é a categoria dos empregados domésticos, predominando também nas enfermarias e assistente social, neste sentido, a presença das mulheres são bem maiores do que as dos homens.

Conforme Catho (2018), é possível observar alteração em salários entre homens e mulheres exercendo as mesmas funções em determinadas empresas, onde a mulher ganha um salário inferior ao do homem, conforme se observa no gráfico 2. É possível observar um ganho inferior em relação as profissões das mulheres, quando se compara aos homens, onde elas ganham menos exercendo as mesmas funções, com porcentagens significativas de ganho salarial, conforme será apresentado. Gráfico 2. Diferença salarial por cargos.



Muitas vezes, a diferença salarial existente entre homens e mulheres, é justificada pela produtividade, sendo natural que os trabalhadores que possuam maiores níveis de escolaridade podem ter maiores experiências e sejam mais produtivos no ambiente de trabalho e como consequência as suas remunerações tendem a serem maiores. Sendo assim, o mercado de trabalho tende a agir como um revelador das desigualdades educacionais preexistentes na sociedade.

A discriminação existente no mercado de trabalho ocorre quando trabalhadores que possuem características semelhantes ganham tratamentos ou salários diferentes, simplesmente por pertencerem a grupos que possuem determinadas características pessoais, as quais não tenha efeito sobre a produtividade do trabalho. Logo, as mulheres são discriminadas no

ambiente de trabalho ao receberem inferiores salários, apesar de igualmente qualificadas ou desempenhando as mesmas funções.

O aumento do ingresso da mulher no ensino superior fez com que as pessoas pudessem notar as diferenças de salários existentes entre as profissões. Mas, independente no nível de instrução a discriminação salarial, ainda persiste nas empresas.

Conforme o IBGE (2019), apesar da diferença salarial estar diminuindo, a grande desigualdade salarial entre homem e mulher ainda persiste no mercado de trabalho brasileiro, o salário médio das mulheres corresponde a 79,5% dos salários dos homens. No ano de 2018, foi registrada a menor diferença salarial, que ocorreu em 2015, ano em que as mulheres chegaram a receber 69,11%.

Por mais que exista o asseguramento da lei referente desigualdade salarial, não possui uma fiscalização eficiente para isto. Apesar de já existir, as mulheres ainda são minorias nos cargos de gestão e em posições elevadas. Sendo que, elas tendem a entrar no mercado de trabalho mais tardiamente, o que pode provocar essa desigualdade.

3.3 Aperfeiçoamento de Estratégias de Mercado de Trabalho e Participação Empregatícia da Mulher

A avanço do mercado de trabalho feminino está em constante mudança. É possível notar cada vez mais uma parcela significativa da inserção da mulher e sua participação na população economicamente ativa, que embora venha aumentando gradativamente nos postos de trabalho, ainda é inferior ao dos homens.

Segundo o IBGE (2019), no ano de 2018, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era quase 20% inferior à dos homens, sendo 52,7% no 4º trimestre de 2018 contra 71,5% dos homens. A dupla jornada é considerada um impedimento para o avanço da participação feminina na força de trabalho. Se não ocorrer a dupla jornada, tende a empregar outra mulher que a substitui em casa. Porém, é uma taxa que vem ganhando forças com o passar do tempo.

É essencial, que para uma maior participação e inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, haja uma estruturação que possa contribuir para uma maior ocupação da mulher, igualando cargos e remunerações. Sendo que, pessoas com um maior nível de escolaridade, podem ter maiores oportunidades de desenvolvimento no âmbito profissional.

Parte da inserção feminina foi em decorrência da ampliação do conceito de trabalho, que inclui atividades para o próprio consumo, a produção para subsistência familiar e outras atividades não consideradas como trabalho.

Ressaltando que o maior conhecimento é de grande significância para a ocupação feminina no mercado de trabalho. O avanço do conhecimento traz consigo algumas características, sendo uma delas, as instruções, acompanhando então, a queda taxa de fecundidade, fato que colabora para a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação de sua renda.

Aos poucos, as conquistas de inserções femininas em postos de trabalho de liderança estão sendo conquistadas adquirindo técnicas, habilidades, estudos e estratégias em especializações para exercê-los.

Algumas empresas, como maneira de estratégias, promovem diálogos e até mesmo eventos entre colaboradores ou mulheres, com o objetivo de inserir e reforçar a importância de seu empoderamento. As empresas que investem nisso, tem o intuito de reforçar a diversidade da equipe, enfatizando a capacitação e desenvolvimento feminino.

A legislação brasileira determina que os salários devem ser iguais para homens e mulheres, mas isso ainda não é uma realidade. Sendo um passo de grande relevância para o avanço da mulher no mercado de trabalho e para uma política de salários igualitários.

As mulheres estão mostrando o seu desenvolvimento e apresentando as mudanças de hábitos e cultura. A sociedade deve se conscientizar da importância feminina para a dinâmica e contribuição, apoiando a inserção delas em atividades profissionais, proporcionando cada vez mais empregos e possíveis leis que regularizem os direitos assegurados delas.

CONCLUSÃO

O avanço e a força que as mulheres brasileiras tiveram ao longo do tempo, contribuíram para maior participação feminina no ambiente de trabalho, porém ainda com a necessidade de melhorias. As diferenças comportamentais na estrutura de mulher e homem no mercado de trabalho, ainda se encontram presentes na sociedade. Não podendo afirmar que essas diferenças se interferem nas suas competências e habilidades.

É de grande importância acompanhar e analisar o avanço da ocupação feminina no ambiente profissional, devido a sua importância crescente para dinâmica da economia e para a formação da renda familiar.

As mulheres estão em constantes mudanças, em relação ao seu perfil. Elas conseguem ministrar cargos de grande responsabilidade, assim como os homens, além de praticarem tarefas tradicionais, como ser esposa, mãe, dona de casa ou muitas vezes, chefes de família.

À ocupação da mulher no mercado de trabalho, podemos considerar que seja uma conquista que não está presente na sociedade por um grande tempo, ou seja, trabalhar fora de casa é relativamente recente para as mulheres, sendo uma vitória de grande importância, onde elas conseguem adquirir seu próprio dinheiro e ter competências e habilidades reconhecidas.

No Brasil, tem-se que a inserção feminina no mercado de trabalho ganhou força, tendo funções relacionadas ao aumento do nível de escolaridade, o que move a ocupação feminina em postos de trabalho e em cargos executivos.

As dificuldades ainda estão presentes, impedindo, de certa maneira, mesmo que seja um impedimento pequeno, a ascensão profissional e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, processo esse que vem evoluindo com o tempo.

As diferenças ocupacionais em cargos de alta relevância em uma organização ainda estão presentes no mercado de trabalho brasileiro, mas que vem evoluindo com o tempo, um exemplo é mulheres ocupando cargos políticos, o que era ocupado apenas por homens, sendo raro a ocupação feminina. Diferenças essas que foram atribuídas a partir de uma concepção social.

Os salários ainda são inferiores ao dos homens que exercem funções relacionadas nas organizações. As diferenças salariais fazem parte da sociedade, historicamente, em que as mulheres ganhavam menos para trabalhar do que os homens, apesar de serem amparadas pela legislação, que proíbe a diferença de salários; de exercício de funções; e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. As mulheres estão cada vez mais

qualificadas para o mercado de trabalho, tendo capacidade para ocupar grandes cargos com igualdade de salários.

A maior inserção feminina nas instituições de ensino contribuiu para esse avanço da ocupação da mulher no âmbito profissional, onde elas buscam se preparar, se especializar, desenvolver maiores experiências, em busca de características para facilitar e fortalecer a inserção no ambiente profissional. Consequentemente, irão desenvolver maiores habilidades e estratégias. Ocorrendo regressão no desemprego.

Devido ao acúmulo das atividades com o lar, as mulheres tendem a ter jornadas de trabalho inferior aos homens. Apesar desse trabalho externo ao ambiente profissional não ser contabilizado e reconhecido em uma jornada, porém é uma atividade que pode ser registrada, na composição do PIB, como econômica ativa, porém não remunerada.

As mulheres adquiriram maiores autonomias, liberdades, responsabilidades e espaço para maior inserção na sociedade como um todo, englobando o âmbito profissional. Dando voz as suas habilidades e desenvolvimentos, mostrando grande capacidade para exercer postos de grande valia em uma empresa, desarticulando tudo que um dia foi articulado em estruturas hierárquicas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, R. (1997). **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta, 232 p.

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; GONÇALVES, Guilherme Quaresma; FAUSTINO, Samantha Haussmann Rodarte. **Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas pública**. [S. l.: s. n.], . - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014. Recurso digital : il. (Trabalho & desigualdade ; 17).

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINOTOS , Mariana Dias dos SanElisa Mara Oliveira. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Mulher, [s. l.], 12 set. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Artigo 7º da Constituição de 1988 que proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil**. . [S. l.: s. n.], 1988.

CHAUÍ, M. Ética, política e violência. In T. Camacho (Ed.), **Ensaio sobre violência (pp. 39-59)**. Vitória: Edufes. 2003.

DIFERENÇA e igualdade nas relações de gênero: **revisitando o debate**. [S. l.], 29 mar. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652005000200004&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 5 out. 2020.

FRANCISCANI, JANE STELLA. **A Mulher no mercado de trabalho e a luta pela valorização**. 2010. Trabalho conclusão de curso (Curso de Graduação em Administração) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, [S. l.], 2010.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**. [S. l.: s. n.], 1945 -2010. v. 2ºEd.

MATTEI, Lauro. **Novas evidências empíricas sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina no início do século XXI**. Mercado de trabalho, [s. l.], 2017.

MULHERES buscam mais a economia formal no Brasil que os homens. In: **Mulheres buscam mais a economia formal no Brasil que os homens**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17323-pnad-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 29 out. 2020.

_____ **ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas**. [S. l.], 7 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____ : **mundo do trabalho e autonomia econômica**. Mulheres, [s. l.], 16 mar. 2017.

_____ **são maioria em ocupações informais, constata estudo.** [S. 1.], 27 jun. 2019. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2019/06/27/mulheres-sao-maioria-em-ocupacoes-informais-constata-estudo/>. Acesso em: 16 nov. 2020

NACIONAL, Banco Central. Movimento de capitais. **Relatório de Inflação**, [s. 1.], 7 mar. 2000. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2000/03/ri200003c4p.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

NO DIA da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. In: **Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade.** [S. 1.], 8 mar. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>. Acesso em: 9 nov. 2020.

NÓBREGA, Vanessa Viana Da; CORRÊA, Cristiane Silva; JESUS, Jordana Cristina de. **DIFERENCIAIS DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2016 E 2017.** Mercado de trabalho , [s. 1.], 3 abr. 2020.

NUNES, Juliana Duarte. **Ascensão da Mulher no Mercado de Trabalho e o Impacto na Pirâmide Etária.** 2016. Trabalho conclusão de curso (Bacharelado em Economia) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, [S. 1.], 2016.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: **alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.** [S. 1.], 16 out. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17064-ods-5-alcancar-a-igualdade-de-genero-e-empoderar-todas-as-mulheres-e-meninas>. Acesso em: 6 nov. 2020.

PARTICIPAÇÃO das mulheres no mercado ainda é menor que dos homens. In: **Participação das mulheres no mercado ainda é menor que dos homens.** [S. 1.], 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2019/03/08/oit-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-menor-que-dos-homens/>. Acesso em: 16 set. 2020.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; SANTOS, Danielle Almeida dos; BORGES, Waleska. **A mulher no mercado de trabalho.** [s. 1.], 26 ago. 2005.

Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho : **reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego** / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo : DIEESE, 2011.

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES , Mariana Dias dos Santos; LUZ , Rosângela Cardoso da. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Participação da Mulher, [s. 1.], 2 ago. 2013.

QUIRINO, Raquel. **Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos.** Mulher, [s. 1.], 29 set. 2012.

SILVA , Carla. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: Uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Desigualdade papéis de homem e mulher**, [S. l.], p. 1-8, 6 fev. 2002.

SISTEMA de Indicadores de Percepção Social. [S. l.], 13 mar. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6186&Itemid=33. Acesso em: 17 nov. 2020.

TAREFAS domésticas impõem carga de trabalho maior para mulheres. [S. l.], 7 dez. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18568-tarefas-domesticas-impoem-carga-de-trabalho-maior-para-mulheres>. Acesso em: 12 nov. 2020.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero**. Formalização, [s. l.], 30 dez. 2014.

SOUZA, José Gileá de. **Desigualdade de gênero: A participação feminina na política brasileira** [S. l.: s. n.], 2019. Artigo.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA II: ACEITE DO ORIENTADOR

Goiânia, 30 de novembro de 2020.

ALUNO: Kamila Caldeira de Souza

MATRÍCULA: 2017.1.0021.0034-1

ORIENTADOR: Prof. Ms. Gesmar José Vieira

TEMA: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA
OCUPACIONAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 A 2018.

À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

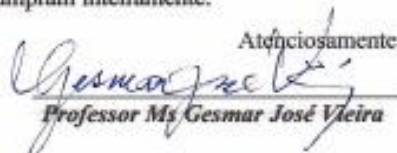
Havendo acompanhado a elaboração da monografia II, com o Tema acima mencionado e tendo examinado a versão final, considero satisfatório o trabalho monográfico e julgo por bem encaminhá-lo à *Banca Examinadora*.

Orientei o (a) aluno (a) **Kamila Caldeira de Souza**, para que incluía este *ACEITE* no exemplar final a ser enviado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, no formato digital, conforme normas da ABNT, para realização de Trabalhos de Final de Cursos.

O exemplar definitivo deverá conter na capa, os dizeres da folha de rosto e, na lombada, o título da monografia e o último sobrenome do autor.

Caso não sejam cumpridas essas e outras exigências institucionais, solicito que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia notifique o (a) aluno(a) que a nota atribuída à Monografia não será considerada até que satisfaça essas determinações e não poderá colar grau até que as cumpram inteiramente.

Atenciosamente,


Professor Ms. Gesmar José Vieira

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante **KAMILA CALDEIRA DE SOUZA**, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2017.1.0021.0034-1, telefone (62) 98205-4021, e-mail: kamila-tc@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 a 2018**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 10 de dezembro de 2020.

Assinatura do(s) autor(es): Kamila Caldeira de Souza

Nome completo do autor: KAMILA CALDEIRA DE SOUZA

Assinatura do professor-orientador: Gesmar José Vieira

Nome completo do professor-orientador: PROF. GESMAR JOSÉ VIEIRA